



Psicologia Ciência e Profissão
ISSN: 1414-9893
revista@pol.org.br
Conselho Federal de Psicologia
Brasil

Gurgel Azzi, Roberta
Desengajamento Moral na Perspectiva da Teoria Social Cognitiva
Psicologia Ciência e Profissão, vol. 31, núm. 2, 2011, pp. 208-219
Conselho Federal de Psicologia
Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282021811002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Desengajamento Moral na Perspectiva da Teoria Social Cognitiva

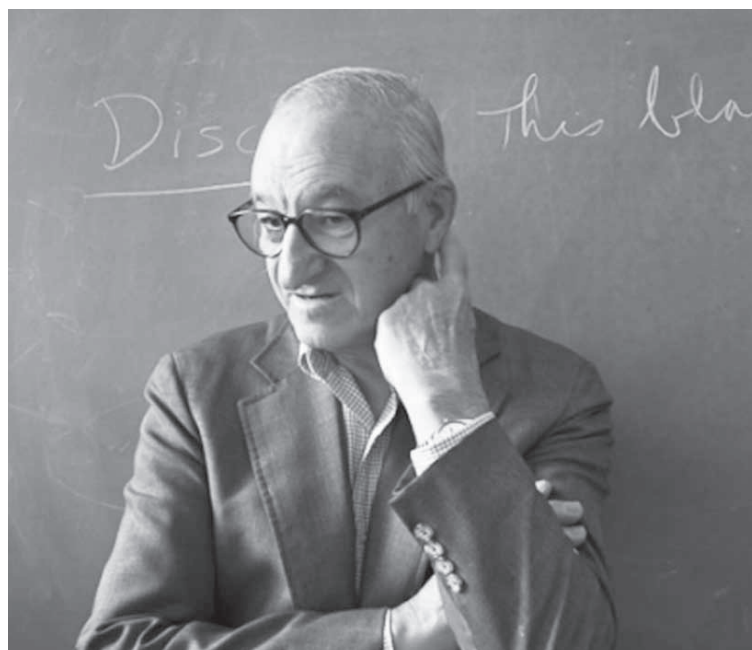
Moral Disengagement In Social
Cognitive Theory

Desconexión Moral en la Perspectiva
de la Teoría Social Cognitiva

Roberta Gurgel Azzi

Universidade
Estadual de Campinas

Artigo



Resumo: O ensaio aborda o desengajamento moral descrito pela perspectiva da teoria social cognitiva de Albert Bandura. Toma-se como interlocução central os artigos do autor sobre o tema, sistematizam-se suas ideias e apresentam-se estudos da literatura sobre desengajamento moral. O texto está estruturado em cinco partes, iniciando por uma breve contextualização do tópico no conjunto da produção de Bandura, seguida de exposição do desengajamento moral e da teoria social cognitiva. Posteriormente, apresenta os oito mecanismos de desengajamento moral desenvolvidos por Bandura: justificativa moral, comparação vantajosa, linguagem eufemística, minimização, ignorância ou distorção das consequências, desumanização, atribuição de culpa, deslocamento de responsabilidade e difusão de responsabilidade. Após a apresentação dos mecanismos, introduzem-se os dez trabalhos mais recentes do autor sobre o assunto, textos publicados entre 2000 e 2009, e que foram apresentados sob as seguintes categorias temáticas: questões teórico-empíricas, execução penal, terrorismo, ecologia e mundo corporativo. Ao final, problematiza desafios, postos a partir da discussão desenvolvida no ensaio, que possam servir para a construção de uma sociedade mais humanizada.

Palavras-chave: Teoria social cognitiva. Moral. Psicologia social. Aprendizagem social.

Abstract: The present article discusses moral disengagement as it is depicted in the social cognitive theory of Albert Bandura. The author's view on this topic is presented primarily according to his articles and literary studies about moral disengagement are presented. The text is divided in five parts. Firstly, there is a contextualization of the subject within the production of Bandura. Next, moral disengagement and the social cognitive theory are portrayed. Subsequently, there is a description of the eight mechanisms of moral disengagement developed by Bandura: moral justification, advantageous comparison, euphemistic language, disregarding, minimizing or disputing harmful effects, dehumanization, attributions of blame, displacement of responsibility and diffusion of responsibility. Following the mechanisms, a presentation of the ten latest works of the author about the subject, produced between 2000 and 2009, takes place under these thematic categories: theoretical-empirical matters, penal execution, terrorism, ecology and corporate world. Ultimately, it displays the challenges emerged from the debate developed in the text, which may be useful for the process of construction of a more humanized society.

Keywords: Social Cognitive Theory. Morality. Social psychology. Social learning.

Resumen: El ensayo trata de la desconexión moral descrita por la perspectiva de la teoría social cognitiva de Albert Bandura. Se considera como interlocución central los artículos del autor sobre el tema, se sistematizan sus ideas y se presentan estudios de la literatura sobre desconexión moral. El texto está estructurado en cinco partes, iniciando por una breve contextualización del tema en el conjunto de la producción de Bandura, seguida de exposición de la desconexión moral y de la teoría social cognitiva. Posteriormente, presenta los ocho mecanismos de desconexión moral desarrollados por Bandura: justificativa moral, comparación ventajosa, lenguaje eufemístico, minimización, ignorancia o distorsión de las consecuencias, deshumanización, atribución de culpa, desplazamiento de responsabilidad y difusión de responsabilidad. Después de la presentación de los mecanismos, se introducen los diez trabajos más recientes del autor sobre el asunto, textos publicados entre 2000 y 2009, y que fueron presentados sobre las siguientes categorías temáticas: asuntos teóricos y empíricos, ejecución penal, terrorismo, ecología y mundo corporativo. Al final, problematiza desafíos, colocados a partir de la discusión desarrollada en el ensayo, que puedan servir para la construcción de una sociedad más humanizada.

Palabras clave: Teoría social cognitiva. Moral. Psicología social. Aprendizaje social.

O objetivo deste artigo é descrever o desengajamento moral na visão da teoria social cognitiva e apresentar os recentes estudos realizados por Bandura.

Data da década de 1970 a explicitação dos oito mecanismos de desengajamento moral postulados pela visão sociocognitiva. Em Bandura, Underwood e Fromson (1975), podemos encontrar os mecanismos de desengajamento moral mencionados, ainda

que não referenciados sob o termo de desengajamento moral. Desde então, vêm avolumando-se artigos do próprio Bandura sobre o assunto (1986, 1990, 1991, 1996, 1997, 1999, 2002, 2004, 2006), seja em autoria única nos artigos mais teóricos, seja em colaboração, em diferentes investigações empíricas.

Na trilha dos estudos sobre agressividade, Bandura investe na formulação do

Bandura, Caprara e Pastorelli (1996), ao discutirem os dados de estudo que utilizou 675 jovens da educação fundamental da cidade de Roma, em que se buscou investigar o papel dos mecanismos de desengajamento moral no exercício da agência moral, destacam que a teorização e a pesquisa psicológica sobre agressividade têm tido foco intenso em agressão impulsiva. As ameaças massivas ao bem-estar humano resultam mais de atos deliberados de princípios do que de atos ilimitados de impulso.

1 Bandura, A., MacAlister, A. J., & Owen, S. V. (submitted). *Moral disengagement in support of the death penalty*. (Submitted for publication).
Bandura, A. (in press). *Moral disengagement in state executions*. In B. L. Cutler (Ed.), *Encyclopedia of Psychology and Law*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

desengajamento moral para explicar ações que infligem sofrimento a outros sem que o executor se autocondene pela ação danosa. Nessa linha de raciocínio, propôs oito mecanismos de desengajamento moral.

Bandura, Caprara e Pastorelli (1996), ao discutirem os dados de estudo que utilizou 675 jovens da educação fundamental da cidade de Roma, em que se buscou investigar o papel dos mecanismos de desengajamento moral no exercício da agência moral, destacam que a teorização e a pesquisa psicológica sobre agressividade têm tido foco intenso em agressão impulsiva. As ameaças massivas ao bem-estar humano resultam mais de atos deliberados de princípios do que de atos ilimitados de impulso. Segundo eles, são os atos voltados para a destruição, moralmente justificados e honestos (genuínos, legais), que deveriam trazer grande preocupação social, mas que têm sido ignorados em análises psicológicas de desumanidades. Com o passar dos anos, condutas repreensíveis e destrutíveis têm sido perpetradas em nome de princípios religiosos, de ideologias extremas e de políticas sociais desumanas. Para eles, há muito a ser ganho com a compreensão de como a facilidade para o desengajamento moral se desenvolve e de como estratégias institucionais justificatórias são usadas no alistamento de pessoas para propósitos exploradores e destrutivos.

Os estudos mais recentes de Bandura sobre a agência moral contemplam temas da vida social que precisam ser debatidos e sobre os quais o autor e seus colaboradores têm procurado construir um caminho de discussão entrelaçado com o campo empírico. A título de exemplificação, vejamos os temas de seus recentes estudos, aqui considerando os trabalhos publicados a partir

de 2000, que serão retomados mais adiante: Bandura, Caprara e Zsolnai (2000) analisaram práticas de desengajamento moral em quatro famosos casos do mundo corporativo; Bandura, Barbaranelli, Caprara, Pastorelli e Regalia (2001) examinaram o modelo estrutural dos mecanismos autorregulatórios que dirigem o comportamento transgressivo; Bandura (2002) discutiu a agência moral no comportamento seletivo de desengajamento; Bandura (2004) analisou os mecanismos de funcionamento do desengajamento moral em operações terroristas; Bandura (2004b) examinou o exercício seletivo da agência moral; Osofsky, Bandura e Zimbardo (2005) analisaram o desengajamento moral nos processos de execução penal; Bandura (2006) verificou o funcionamento dos mecanismos de desengajamento moral nas ações terroristas; McAlister, Bandura e Owen (2006) analisaram os mecanismos de desengajamento moral em suporte à força militar, antes e depois do 11 de setembro nos Estados Unidos; Bandura (2007) analisou os mecanismos de desengajamento moral como impedimentos para uma ecologia sustentável, e White, Bandura e Bero (2009) discutiram o desengajamento moral e o mundo corporativo.

Sobre os últimos trabalhos acerca do desengajamento moral, vale mencionar, ainda, segundo informação disponível em sítio com artigos de Bandura, que dois textos, um deles com outros pesquisadores, se encontram em fase de avaliação para serem publicados. Ambos os artigos abordam o desengajamento moral e a pena de morte¹.

O desengajamento moral, na perspectiva banduriana, situa-se em uma explicação de agência moral, ou seja, em uma perspectiva que vai além da discussão sobre cognições no campo da moral, e aborda o assunto a partir de um ponto de vista que integra pensamento

e ação, conforme postulado pela teoria da qual a explicação faz parte, a teoria social cognitiva (Bandura, 1999).

Desengamento moral e teoria social cognitiva

Ao longo do desenvolvimento de sua trajetória de trabalho, Bandura produziu importantes investigações que fundamentam sua expressiva obra, hoje mundialmente conhecida (Azzi, 2006). Dittmann (2002) revela que, em levantamento feito pelo *Review of General Psychology*, Bandura foi o quarto colocado em popularidade, tendo ficado atrás apenas de Skinner, Piaget e Freud. Seu pensamento teórico é hoje conhecido como teoria social cognitiva, e, na composição desse arcabouço teórico, várias teorias menores sobre diferentes constructos contribuem para a compreensão do pensamento e da ação humanos, entre elas a agência moral e o desengajamento moral dela integrante.

Pela visão da teoria social cognitiva, as pessoas são produto e produtoras do ambiente em que vivem, podendo nele atuar de forma *agêntica*, ou seja, com a intencionalidade de que sua ação produza efeito no ambiente, sendo também por ele transformado. Em Bandura, Azzi e Polydoro (2008), podemos encontrar o capítulo de Iglesias que detalha os mecanismos de desengajamento moral. Tomemos desse autor as palavras em que esclarece o uso do termo *desengajamento moral*:

Bandura propôs o conceito de desengajamento moral para mostrar como as pessoas podem encontrar justificativas para cometer atos antissociais sem se sentirem culpadas ou censuradas por isso. Daí o uso do termo 'desengajamento', mostrando que é possível se desprender ou desengajar dos próprios padrões morais para cometer atos antissociais deliberadamente, sem autocondenação (Iglesias, 2008, p. 165)

A discussão da moralidade, nessa perspectiva, está vinculada à teoria da agência moral. Uma explicação completa dessa agência deve articular conhecimento e raciocínio moral à conduta moral. A teoria cognitiva social adota uma perspectiva interacionista também na moralidade, sendo as ações morais o produto da interação recíproca de influências cognitivas, afetivas e sociais (Bandura, 2002). Na teoria social cognitiva, o pensamento moral é um processo em que regras e padrões multidimensionais são usados para o julgamento da conduta. O raciocínio moral está ligado à ação moral por meio da autorregulação afetiva, através da qual o agir moral é exercido (Bandura, 1986, 1991).

Em Polydoro e Azzi (2008, p. 161), encontramos descrição que ajuda a compreender o exercício da autorregulação na moralidade:

O mecanismo da autorregulação por meio do qual a agência moral é exercida tem especial relevância no autogerenciamento do comportamento transgressivo (Bandura 1991, 2002, 2006). Ele tem dois aspectos – um inibitório e um proativo (Bandura, 1999). A forma inibitória manifesta-se na capacidade de frear ações desumanas. A forma proativa de moralidade se expressa na capacidade de agir de forma humana (Bandura, 2001, 2002)

Os padrões morais não funcionam como reguladores internos fixos da conduta. A ativação seletiva e os mecanismos de desengajamento de autossanções permitem diferentes tipos de comportamento pelas pessoas com o mesmo padrão moral. Os atos repreensíveis são cometidos em contextos triádicos recíprocos nos quais os indivíduos estão inseridos. O funcionamento moral é, portanto, regulado por uma individualidade autorreativa dentro de um determinado contexto. Os mecanismos autorregulatórios que regem a conduta moral não entram em jogo, a menos que sejam ativados (Bandura, 2002).

Minimização,
ignorância ou
distorção das
consequências
– opera quando
as pessoas
acreditam fazer
o mal pelo
bem ou que os
fins justificam
os meios,
minimizando o
mal que causam,
evitando
encará-lo ou
negligenciando-o.
Exemplo: “As
crianças não se
importam de
serem caçadas,
porque isso
mostra que elas
estão recebendo
atenção”
(Iglesias, 2008,
p.171).

Bandura (1999, 2004) esclarece que o desengajamento moral é realizado pelo desengajamento gradual da autocensura. As pessoas podem sequer reconhecer as mudanças que vão ocorrendo em suas referências. Essa é uma pista de como vamos lentamente *naturalizando* cenas e contextos frente aos quais deveríamos manter a indignação e a indagação permanente sobre seus determinantes e formas de mudança.

Garrido, Masip e Herrero (2009) lembram que Bandura deixa claro que os mecanismos de desengajamento moral não são exclusivos dos indivíduos. Pelos mesmos mecanismos, as sociedades buscam seus proveitos à custa de outros e, também, para justificar suas ações corporativas, por exemplo. Bandura (2002) destaca que, para funcionar de forma humana, as sociedades devem estabelecer garantias sociais eficazes contra o abuso de poder institucional com propósitos exploradores e destrutivos. Deve tornar-se difícil para as pessoas remover a humanidade de sua conduta.

Oito mecanismos de desengajamento moral

São oito os processos postulados por Bandura (1986) para explicar as ações prejudiciais que os indivíduos realizam. Sua descrição pode ser encontrada em todos os seus artigos sobre desengajamento moral, mas, para descrevê-los, vamos recorrer, até por facilidade, ao texto traduzido e já organizado no capítulo de Iglesias (2008), tal como apresentado nos parágrafos que se seguem:

Justificativa moral – opera quando o que é culpável pode se tornar uma conduta pessoal e socialmente aceitável, por meio de uma reconstrução cognitiva que representa a conduta antissocial. Exemplo: “Não há problemas em bater em alguém quando sua honra é ameaçada” (Iglesias, 2008, p. 169).
Comparação vantajosa – opera quando condutas prejudiciais parecem ter uma

consequência pequena, se comparadas com atividades mais repreensíveis do que elas. Exemplo: “Não há mal em insultar um colega, porque bater nele seria pior” (Iglesias, 2008, p. 170).

Linguagem eufemística – opera quando há um mascaramento de atividades repreensivas na forma como são nomeadas, para diminuir a gravidade da ação ou conferir-lhe um *status* mais respeitável. Exemplo: “Dar tapas e empurrões em alguém é só uma forma de brincadeira” (Iglesias, 2008, pp.169-170).

Minimização, ignorância ou distorção das consequências – opera quando as pessoas acreditam fazer o mal pelo bem ou que os fins justificam os meios, minimizando o mal que causam, evitando encará-lo ou negligenciando-o. Exemplo: “As crianças não se importam de serem caçadas, porque isso mostra que elas estão recebendo atenção” (Iglesias, 2008, p.171).

Desumanização – utilizada quando se retiram das pessoas suas qualidades humanas ou quando se atribuem a elas qualidades bestiais. Exemplo: “Alguém que é desagradável não merece ser tratado como um ser humano” (Iglesias, 2008, p. 171).

Atribuição de culpa – opera quando as pessoas veem a si mesmas como vítimas sem culpa, pressionadas a agir de forma prejudicial por uma provocação forçada, ou então a ver suas vítimas como culpadas e merecedoras de seu prejuízo. Exemplo: “Se as pessoas são descuidadas com seus pertences, então a culpa é delas se forem roubadas” (Iglesias, 2008, pp. 171-172).

Deslocamento de responsabilidade – recorre-se à ideia de que outras pessoas estão agindo na mesma intenção. Exemplo: “Se uma criança está vivendo sob más condições, ela não pode ser culpada por se comportar agressivamente” (Iglesias, 2008, p. 170).

Difusão de responsabilidade – usada quando as pessoas vêem suas ações como se estivessem emergindo de pressões sociais ou de imposições dos outros, muito mais do que algo pelo que são pessoalmente responsáveis. Exemplo: “As crianças não podem ser culpadas por falar palavrão quando todos os seus amigos o fazem” (Iglesias, 2008, pp. 170-171).

Na Figura 1, a seguir, podemos verificar que esses mecanismos podem ser agrupados em termos de sua incidência na conduta desagajadora, nos efeitos que produzem ou na suposta condição da vítima.

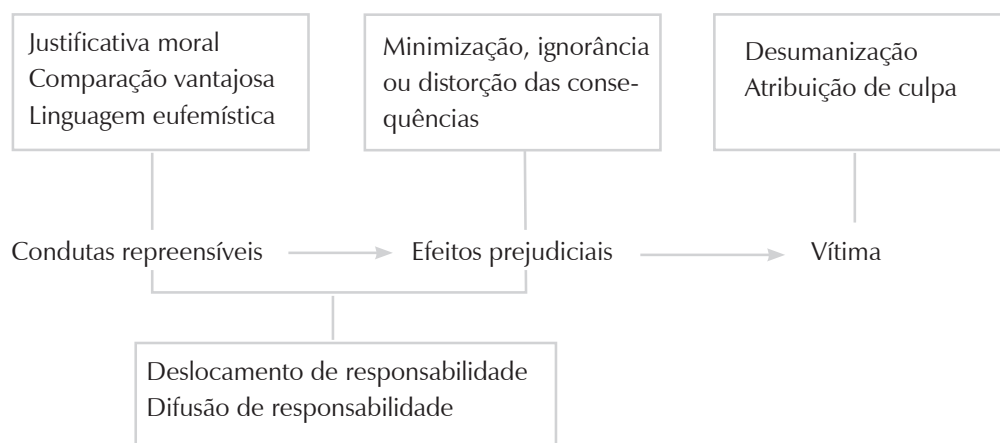


Figura 1. Mecanismos psicossociais de desengajamento moral

Fonte: Bandura (1986)

Bandura (2005, 2007) destaca que os oito mecanismos de desengajamento moral distribuem-se em quatro lócus: do comportamento, de agência, de resultado e de receptor das ações. A justificativa moral, a comparação vantajosa e a linguagem eufemística têm seu lócus no comportamento, e são os mecanismos desagajadores mais efetivos porque, além de eliminar a autocondenação, ainda podem trazer aprovação pela ação danosa realizada, como é o caso de ações militares.

No lócus de agência, caso do deslocamento e da difusão de responsabilidade, as pessoas não se autocensuram, porque o lócus da ação é difuso. Especificamente no caso da difusão de responsabilidade, podemos verificar a ocorrência de três modalidades de difusão quando a atividade danosa é subdividida em partes; cada parte parece menos danosa do que o todo quando a decisão ou ação é coletiva e ninguém se responsabiliza por ela.

No caso da minimização, ignorância ou distorção das consequências, o lócus está no resultado da ação, e o efeito prejudicial das práticas é minimizado, desconsiderado ou contestado. Os dois mecanismos restantes, desumanização e atribuição de culpa, têm o lócus no receptor da ação. Por ele, as vítimas são marginalizadas, despersonalizadas e culpadas pela condição em que se encontram.

Estudos recentes (2000/2010) de bandura e colaboradores

Vejamos os estudos de Bandura e colaboradores de 2000 em diante por se tratar de produção mais recente, ainda que, em alguns dos trabalhos, a teoria seja o foco do trabalho publicado. Neste ponto do texto, vamos apresentá-los agrupados por temas.

Questões teóricas e empíricas

Bandura, Barbaranelli, Caprara, Pastorelli e Regalia (2001) analisaram dados de um estudo empírico com desenho longitudinal. Participaram do estudo 564 crianças que tinham 11 anos quando do início da coleta de dados e que residiam em uma comunidade próxima à cidade de Roma (Itália). Os investigadores usaram diferentes instrumentos e, ao final do estudo, propuseram um modelo estrutural dos mecanismos autorregulatórios que regulam o comportamento transgressivo. Em Bandura (2002, 2004b), é possível encontrar textos em que os aspectos teóricos que envolvem a explicação do desengajamento moral são expostos, e os mecanismos, apresentados e discutidos, com exemplos. São textos semelhantes no conteúdo, mas escritos para veículos diferentes; acabam, portanto, apresentando variações nos exemplos ou nas ênfases dadas.

Execução penal

Osofsky, Bandura e Zimbardo (2005) analisaram o desengajamento moral nos processos de execução penal. Partiram da proposição de que o desengajamento moral das autossanções habilita as pessoas a desempenhar funções letais, ao mesmo tempo em que mantém seu bem-estar emocional. Testaram a hipótese de que os mecanismos de desengajamento variam de acordo com o grau de envolvimento do indivíduo no processo de execução. Participaram desse estudo

246 funcionários de três prisões dos Estados Unidos, e os participantes foram agrupados em três condições diferentes: 1) aqueles que atuavam diretamente no processo de execução, 2) os que trabalhavam no suporte às famílias ou aos prisioneiros e 3) aqueles cuja função não tinha qualquer relação direta com a execução. Foi utilizada uma escala Likert de cinco pontos (de *concordo fortemente* a *discordo fortemente*), com 19 afirmativas que contemplavam os oito mecanismos anteriormente mencionados. Os respondentes não eram identificados. Os participantes do estudo que integravam os grupos 1 e 2 foram entrevistados por um dos pesquisadores depois de responderem o instrumento.

Em uma síntese muito geral, podemos dizer que foi verificado que os carrascos exibiram alto nível de justificações morais, sociais e econômicas, negação de responsabilidade pessoal e desumanização. As equipes que fornecem serviços de apoio e as não envolvidas na execução penal negam desengajamento moral, sendo que as equipes que fornecem serviços de apoio apresentaram valores superiores aos das equipes não envolvidas. As equipes de suporte revelaram aumento gradual no desengajamento em função do número de execuções de que participaram.

Terrorismo

Em textos de 2004 e 2006, Bandura abordou, de maneira similar, o desengajamento moral e as práticas terroristas. Nesses textos, o autor faz a discussão do mecanismo de desengajamento ilustrando-os com exemplos. Entende-se que terrorismo é uma estratégia de violência utilizada para atingir determinados resultados e que instala medo nas populações, o que distingue essa forma de violência de outras. Bandura (2004, 2006) discutiu o funcionamento dos oito mecanismos de desengajamento na preparação de ações terroristas, considerando que o *sangue-*

frio para ações terroristas em situações da vida cotidiana – lojas, trens, aeroportos, etc. – requer intensivo treino psicológico em desengajamento moral. Segundo ele, o treinamento para desengajamento moral geralmente é realizado isoladamente do modo prevalente de vida social, em ambiente de profunda imersão na ideologia. As dimensões do desengajamento moral são gradualmente trabalhadas e promovem mudanças nos graus de autocensura dos treinandos.

McAlister, Bandura e Owen (2006) examinaram a relação entre desengajamento moral e suporte a ações militares. Em estudo de âmbito nacional, realizado por telefone, antes e depois da queda das torres gêmeas e do ataque ao Pentágono (nos EUA), em 11 de setembro de 2001, os investigadores ouviram 1499 respondentes a respeito dos seguintes mecanismos: justificativa moral, linguagem eufemística, difusão e deslocamento de responsabilidade e desumanização. As afirmativas foram apresentadas em formato Likert em escala de 5 pontos, que variaram entre *concordo fortemente* a *discordo fortemente*; 10 afirmativas foram objeto de avaliação pelos respondentes.

Para o conhecimento do nível de suporte às ações militares, foi utilizada outra escala, também de cinco pontos, relativa a conflitos internacionais com o Iraque. 75% das respostas do estudo foram coletadas antes do ataque do 11 de setembro. Os resultados revelaram a ocorrência dos quatro mecanismos de desengajamento estudados, sendo verificado um aumento no índice de concordância em todos eles após o 11 de setembro. No caso do apoio explícito à intervenção militar no Iraque, conflito analisado no artigo em pauta, foi verificado um aumento de 70% para 81% após aquele dia. Outras análises detalhadas estão descritas no artigo, mas o que nos interessa aqui é apenas marcar que os resultados confirmam o papel mediador

dos mecanismos de desengajamento moral no suporte às ações militares.

Ecologia

No texto de 2007, Bandura discutiu o papel determinante desempenhado pelo desengajamento moral, seletivo para as práticas sociais que causam danos generalizados aos seres humanos e que degradam o meio ambiente. O autor discute os mecanismos de desengajamento e vai trabalhando a complexidade do tema discutindo exemplos que evidenciam ações desengajadoras nos níveis individual e coletivo. Em suas considerações finais, destaca que os sistemas ecológicos são intrinsecamente interdependentes e que mudanças em nível global afetam todos independentemente da origem da degradação. E complementa que, por causa dessa interligação, as práticas relacionadas com o estilo de vida são uma questão de moralidade, e não apenas de sustentabilidade ambiental.

Mundo corporativo

Bandura, Caprara e Zsolnai (2000) analisaram práticas de desengajamento moral em quatro famosos casos do mundo corporativo, os chamados casos Bophal (vazamento de gás em uma indústria química), Ford Pinto (modelo de automóvel), Nestlé (produto infantil) e Three Mile Island (usina nuclear). A análise dos autores encontrou os seguintes mecanismos de desengajamento moral para todos os casos:

Justificativa moral: Ford Pinto, Nestlé

Comparação vantajosa: Bophal

Linguagem eufemística: Three Mile Island

Minimização, ignorância ou distorção das consequências: Ford Pinto, Nestlé, Three Mile Island

Desumanização: Bophal

Atribuição de culpa: Bophal

Deslocamento de responsabilidade:

Ford Pinto

Difusão de responsabilidade:
Three Mile Island

Minimização, ignorância ou distorção das consequências foi o mecanismo observado na maioria dos casos, estando presente em três deles.

White, Bandura e Bero (2009) analisaram o desengajamento moral em quatro tipos diferentes de indústrias (tabaco, chumbo, cloreto de vinila (VC) e produtos industriais de silício), cujos produtos ou processos de produção são prejudiciais à saúde humana. A partir da análise de documentos relativos e ligados à pesquisa, foram realizadas codificações identificadoras do mecanismo desengajador em pauta. Vale registrar que os autores descreveram detalhadamente a metodologia usada, o conjunto de documentos, etc, e que, nos documentos analisados, foram encontradas inúmeras evidências consideradas exemplos dos diferentes mecanismos de desengajamento moral.

Considerações sobre o desengajamento moral

Como anteriormente mencionado, os estudos de Bandura sobre o desengajamento moral vêm ganhando contorno desde a década de 70 e sendo mantidos, ao longo do tempo, entre o rol de suas produções, das quais destacamos aqui as de 2000 em diante. Apesar do relato muito sintético de seus estudos, eles permitem perceber que a perspectiva do desengajamento moral está consolidada teórica e empiricamente, oferecendo, assim, uma possibilidade de análise para práticas nocivas observadas no cotidiano. Mais do que isso, no caso dos textos aqui referenciados, os temas trabalhados são atuais, relevantes, reais e chamam por novas pesquisas e estudos.

Explicações e estudos sobre a ação moral não são novos na Psicologia, e a visão da teoria social cognitiva é mais uma explicação em um conjunto que procura iluminar os caminhos pelos quais as sociedades podem constituir contextos sociais em que a vida humana seja plenamente respeitada. A partir dos marcos de análise da teoria social cognitiva, podemos problematizar aspectos que inundam nosso cotidiano, referenciam nossas escolhas e permeiam nossas ações de formas diferenciadas e sempre merecedoras de reflexão. Os exemplos aqui mostrados são poucos frente ao conjunto de aspectos que podem ser discutidos por esse ponto de vista, mas certamente servem de provocação para avaliarmos as organizações sociais. Outros foram ou podem ser discutidos a partir dessa perspectiva teórica, como, por exemplo, a violência policial, política e doméstica, as situações de abuso sexual, etc.

Ao contrário do que se possa imaginar, os mecanismos de desengajamento moral operam cotidianamente em nossas vidas. É necessário que se atente para o fato de que a lógica do desengajamento está presente no dia a dia, alargando fronteiras em nossas referências, muitas delas em direção à tolerância cada vez maior em relação a ações que infligem sofrimento ao próximo. Certamente, o trânsito nas ruas é ambiente em que facilmente podemos assistir a atos de violência verbal e até física, além do arremesso de objetos nas vias, em uma ação poluidora do ambiente e de risco para as pessoas que estão em outros veículos. Nas escolas, tem-se observado importante aumento de casos de *bullying* e de violência física, como é o caso de muitos exemplos de trotes no ensino superior. Nas ruas, temos visto situações absurdas como os atos violentos de jovens de classe média ocorridos em Brasília e em São Paulo, ou na violência e assassinato de pessoas que os veículos midiáticos não cansam de apresentar. Os casos ocorridos em Brasília²⁻³, contra o índio

2 <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff210401.htm>

3 Era apenas um índio!

pataxó, e no Rio de Janeiro⁴⁻⁵, contra uma empregada doméstica, são exemplos claros e lamentáveis de desumanização da vítima.

Um aspecto que vale a pena mencionar diz respeito ao papel das mídias, em especial a televisão, como veículo de enorme alcance e possibilidade de uso para diferentes formas de modelação, cujo papel precisa ser amplamente debatido. Azzi (2010) destaca programas de rádio, televisão e histórias que buscam favorecer transformação social em prol de condições mais justas em diferentes países do mundo, neles incluindo inserções de temas em novelas brasileiras. Mas há outras direções a serem olhadas quando pensamos no papel da mídia considerando todo o arcabouço teórico postulado pela teoria social cognitiva, por exemplo: que impactos e padrões – ainda que saibamos que não são iguais para cada uma das pessoas – a exposição ao noticiário jornalístico do dia a dia pode provocar?

Lembrando que Bandura (2002) alerta sobre a importância de desenvolvermos valores humanizadores para que, no exercício da agência moral, a direção proativa do engajamento prevaleça, e considerando que a teoria mostra que a aprendizagem humana, enraizada no tecido social, ocorre pela via da ação direta e observacional, quais são os cenários que os indivíduos costumam ver e em quais convivem? Qual é a diversidade de valores com os quais as pessoas vão tendo chance de entrar em contato em seus processos de socialização? Quais são os ambientes que fortalecem ou enfraquecem as ações e os valores de cada um? Deve-se observar que, mais do que o conhecimento do processo de desengajamento em sua proposição teórica e seus resultados empíricos, é importante que se discutam as ideologias e os valores envolvidos nas condições geradoras dos ambientes favorecedores de desengajamento. Certamente, aqui repousa um entrelaçamento

da Psicologia com a ideologia que muitas vezes consideramos inexistente.

Também é preciso lembrar a importância do encontro da leitura psicológica com outras áreas do conhecimento, seja devido à explicação de que o desengajamento se constrói na trama social, seja devido à compreensão dos valores e práticas culturais diferenciados. O diálogo da leitura psicossocial aqui descrita com os conhecimentos de outras áreas do conhecimento, como a Antropologia, a História, e a Sociologia, são exemplos de encontros desejáveis para compreender amplamente a Constituição e para manter o comportamento desengajado.

Para finalizar, vale registrar o papel ativo da Psicologia, por meio de suas entidades representativas, na luta por políticas públicas de garantia de direitos, no embate contra condições de exclusão e no confronto com políticas que a promovem, lutas que se viabilizam em campanhas, marchas, debates e outras formas em favor de uma sociedade melhor.

4 <http://g1.globo.com/Noticias/>

5 Pensamos que fosse uma vagabunda!

Roberta Gurgel Azzi

Pós-doutorado na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar – Brasil.
E-mail: betazzi@uol.com.br

Endereço para envio de correspondência:

Faculdade de Educação – Departamento de Psicologia Educacional, Av. Bertrand Russell, 801 – Cidade
Universitária “ZEFERINO VAZ”, Campinas – São Paulo – SP – Brasil. CEP 13083-865

Recebido 8/3/2010, Aprovado 28/12/2010.

Referências

- Azzi, R. G. (2010). Mídias, transformações sociais e contribuições da teoria social cognitiva. *Revista Psico*, 41(2), 252-258.
- Azzi, R. G. (2006). A auto-eficácia nas produções de Albert Bandura: contextualizando contribuições. (Relatório técnico Fapesp). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Bandura, A. (1990). Selective activation and disengagement of moral control. *Journal of Social Issues*, 46, 27-46.
- Bandura, A. (1990). Mechanisms of moral disengagement in terrorism. In W. Reich (Ed.), *Origins of terrorism: Psychologies, ideologies, theologies, states of mind* (pp. 161-191). Cambridge: Cambridge University Press.
- Bandura, A. (1991). Social cognitive theory of moral thought and action. In W. M. Kurtines, & J. L. Gewirtz (Eds.), *Handbook of moral behavior and development* (Vol. 1, pp. 45-103). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Bandura, A. (1996). Moral disengagement in the perpetration of inhumanities. *International Journal of Psychology*, 31(3-4), 3881-3881.
- Bandura, A. (1996). Failures in self-regulation: Energy depletion or selective disengagement? *Psychological Inquiry*, 7, 20-24.
- Bandura, A. (1997). Self-efficacy: The exercise of control. New York: Freeman.
- Bandura, A. (1999). Moral disengagement in the perpetration of inhumanities. *Personality and Social Psychology Review*. (Special Issue on Evil and Violence), 3, 193-209.
- Bandura, A. (2000). Cultivate self-efficacy for personal and organizational effectiveness. In E. A. Locke (Ed.), *Handbook of principles of organization behavior* (pp. 120-136). Oxford, UK: Blackwell. Recuperado em 20 fevereiro 2006, de <http://www.des.emory.edu/mfp/BandCultivate.pdf>.
- Bandura, A. (2002). Selective moral disengagement in the exercise of moral agency. *Journal of Moral Education*, 31(2), 101-119.
- Bandura, A. (2004). The role of selective moral disengagement in terrorism and counterterrorism. In F. M. Moghaddam, & A. J. Marsella (Eds.), *Understanding terrorism: Psychological roots, consequences and interventions* (pp. 121-250). Washington, DC: American Psychological Association Press.
- Bandura, A. (2004b). Selective exercise of moral agency. In T. A. Thorkildsen, & H. J. Walberg (Eds.), *Nurturing morality*. (pp. 35-57). Boston: Kluwer Academic.
- Osofsky, M. J., Bandura, A., & Zimbardo, P. G. (2005). The role of moral disengagement in the execution process. *Law and Human Behavior*, 29, 371-393.
- Bandura, A. (2006). Training in terrorism through selective moral disengagement. In J. F. Forest (Ed.), *The making of a terrorist: Recruitment, training and root causes* (Vol. 2, pp. 34-50). Westport, CT: Praeger.
- Bandura, A. (2007). Impeding ecological sustainability through selective moral disengagement. *The International Journal of Innovation and Sustainable Development*, 2(1), 8-35.
- Bandura, A., Azzi, R. G., & Polydoro, S. A. J. (2008). *Teoria social cognitiva: conceitos básicos* (176 p.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bandura, A., Barbaranelli, C., Caprara, G. V., & Pastorelli, C. (1996). Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 364-374.
- Bandura, A., Barbaranelli, C., Caprara, G. V., Pastorelli, C., & Regalia, C. (2001). Sociocognitive self-regulatory mechanisms governing transgressive behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 80, 125-135.
- Bandura, A., Caprara, G. V., & Zsolnai, L. (2000). Corporate transgressions through moral disengagement. *Journal of Human Values*, 6, 57-63.
- Bandura, A., Underwood, B., & Fromson, M. E. (1975). Disinhibition of aggression through diffusion of responsibility and dehumanization of victims. *Journal of Research in Personality*, 9, 253-269.
- Dittmann, M. (2002, jul./ago.). Study ranks the top 20th century psychologists. *Monitor on Psychology*, 28-29.
- Garrido, E., Herrero, C., & Masip, J. (2009). *Autoeficacia y delincuencia* Madrid: Dykinson,.
- Iglesias, F. (2008). Desengajamento moral. In A. Bandura, R. G. Azzi, & S. Polydoro (Org.), *Teoria social cognitiva: conceitos básicos* (pp. 165-176). Porto Alegre: Artes Médicas.
- McAlister, A. J., Bandura, A., & Owen, S. V. (2006). Mechanisms of moral disengagement in support of military force: The impact of September 11. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 25, 141-166.
- Osofsky, M. J., Bandura, A., & Zimbardo, P. G. (2005). The role of moral disengagement in the execution process. *Law and Human Behavior*, 29, 371-393.
- Polydoro, S. A. J., & Azzi, R. G. (2008). Autorregulação: aspectos introdutórios. In A. Bandura, R. G. Azzi, S. Polydoro (Org.), *Teoria social cognitiva: conceitos básicos* (pp.149-164). Porto Alegre: Artes Médicas.
- White, J., Bandura, A., & Bero, L. A. (2009). Moral disengagement in the corporate world. *Accountability in Research*, 16, 41-74.